

PROCESSO - A. I. Nº 07794240/06
RECORRENTE - ABIGAIL DE JESUS DA SILVA (SAPATARIA IGUAÇÚ)
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 3ª JJF nº 0223-03/06
ORIGEM - IFMT – DAT/NORTE
INTERNET - 31/10/2006

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJE Nº 0363-11/06

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. OPERAÇÕES DE VENDAS SEM A EMISSÃO DO DOCUMENTO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA. A legislação do ICMS prevê a aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória aos estabelecimentos que forem identificados realizando operações sem a emissão da documentação fiscal. Imputação não elidida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário apresentado contra a Decisão proferida pela 3ª JJF que decidiu pela Procedência do Auto de Infração, em virtude da falta de emissão de documento fiscal pelo estabelecimento autuado, e correspondente às operações realizadas diretamente a consumidor final.

Observam que pelo documento anexado à fl. 04, foi apurado pela fiscalização no roteiro de Auditoria de Caixa realizado em 22/02/2006, a existência de numerário no valor de R\$308,00 sem os correspondentes documentos fiscais.

Constatam que as alegações defensivas carecem de elementos comprobatórios para elisão da acusação fiscal. Na defesa alegou-se que a quantia era proveniente de recebimento de notas promissórias correspondentes a mercadorias anteriormente vendidas e que foram emitidos os documentos fiscais na data do fato gerador.

No Recurso Voluntário apresentado, o recorrente reprisa a quase totalidade dos argumentos vindos na defesa inicial, negando a ocorrência do fato ensejado pela acusação, pois que se novamente emitidos documentos fiscais por valores relativos a operações anteriores, ocorreria dupla tributação.

Aduz o recorrente não ter apresentado documentação necessária à comprovação do quanto alegado, pela impossibilidade da prova exata, pois que os documentos fiscais relativos a esses recebimentos fracionados, jamais culminarão identificados com as diversas formas de dividendos recebidos nas vendas a prazo. Alega ainda o recorrente em seu Recurso, que em um único dia de recebimentos, os valores ingressados no caixa não equivaleriam ao valor dos documentos emitidos a consumidor.

Reitera que em momento algum houve infringência aos artigos 201, 218, 220 c/c art. 142 RICMS/BA, por não ter havido vendas de produtos ou de mercadorias até o momento da visita do agente fiscal.

Encerra seu Recurso Voluntário aguardando a queda do mencionado Auto de Infração.

O Parecer elaborado pela ilustre procuradora da PGE/PROFIS versa sobre todos os aspectos observados no PAF, manifestando-se que a invocação veiculada no Recurso Voluntário, de que o numerário apurado pela agente fiscal tinha origem anterior, não merece guarida.

Observa a ilustre procuradora que os dados existentes permitem concluir ter sido adotado o procedimento hábil para verificação da ocorrência dos fatos que deram origem ao lançamento de ofício.

Do exame dos autos relata observar elementos comprobatórios e seguros de que o recorrente realizava operações sem emissão de documentário fiscal, e que em momento algum comprovou a origem, em sua contabilidade, do recebimento das aludidas notas promissórias de operações anteriormente efetivadas, nem mesmo tendo apresentado documentos quaisquer; cita o art. 142 do RPAF/99 expressando que a recusa em não conduzir documentos como fato probatório, importa em presunção da veracidade da afirmação da parte contrária.

Opina a ilustre procuradora dra. Paula Gonçalves Morris Matos, que face à constatação de saldo positivo de Caixa e a inexistente comprovação dessas origens, à mingua de documentos capazes a elidir a ação fiscal, é coerente a Decisão recorrida, e opina pelo Improvimento do Recurso Voluntário apresentado, e que sejam mantidas integralmente os termos da Decisão, às fls. 13 e 14 dos autos.

VOTO

A planilha preenchida pela autuação com a declaração contida na mesma e assinada pelo gerente da empresa (fl. 04), confirma terem sido localizados no Caixa recursos financeiros na ordem de R\$308,00, sem a existência de documentos fiscais que acobertassem referido valor.

O recorrente justifica a permanência desse valor, sem cobertura fiscal, por ter sido referente a recebimentos parcelados de operações anteriores, ocasiões nas quais emitiram-se os devidos documentos de vendas, e que se outros novos tivessem sido emitidos, o seriam em duplicidade.

Justifica desnecessidade de carrear documentação, porque já foi vista. Cita não ter infringido os artigos 201, 218 e 220, c/c com o art. 142 VII do RICMS/BA, dado que até o momento da chegada do auditor fiscal não haviam sido realizadas vendas.

Verifico ter passado a oportunidade, do recorrente provar com elementos contábeis ou de controles internos, o quanto afirma em sua contestação.

Recebimentos de vendas a prestamistas, ou a recebimentos futuros garantidos por promissórias ou outros documentos equivalentes, na realização desses pagamentos há que haver emissão de recibos ou quitações outras, cujas cópias vinculadas à indicação da operação fiscal correspondente, seriam as provas suficientes e indispensáveis ao mister que ora se discute.

Na ausência das aludidas provas, voto pelo NÃO PROVIMENTO ao Recurso Voluntário apresentado.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **07794240/06**, lavrado contra **ABIGAIL DE JESUS DA SILVA (SAPATARIA IGUAÇÚ)**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa no valor de **RS690,00**, prevista no art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios de acordo com o previsto pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de outubro de 2006.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

OSWALDO IGNÁCIO AMADOR - RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA - REPR. DA PGE/PROFIS